

FELIPE FARIAS
REPÓRTER

Para o presidente do Sindicato dos Médicos de Alagoas (Sinmed/AL), o hematologista Wellington Galvão, a esperança na luta por melhores salários e condições dignas de trabalho que resultem numa saúde pública de qualidade, agora, tem de se voltar para o próximo governo – “Seja ele quem for. Para nós, esse que está aí já acabou”.

E dele, o sindicalista não deverá guardar saudades: rodadas de negociação infinitas e – pior – infrutíferas, acordos desrespeitados que motivaram greves que só despertaram a antipatia da população e até um pedido de prisão que provocou uma mobilização ímpar de políticos, sindicalistas de orientações distintas, opositores e até de aliados em solidariedade ao médico e sindicalista.

A pauta continuará a mesma. O motivo: a atual não foi atendida. “Plano de carreira no estado de Alagoas nós não conseguimos implantar com o atual governo”, diz Galvão, que contabiliza ainda uma evasão de mais de 1,3 mil profissionais para Pernambuco, onde os vencimentos são mais dignos. “Médicos que eram concursados, que eram efetivos, pediram exoneração dos cargos e foram embora. Nós perdemos excelentes profissionais. E continuamos a perder”.

A seguir os principais trechos da entrevista, em que ele também reafirma as severas críticas ao programa Mais Médicos e destaca o quadro citado no caderno especial publicado pela *Gazeta* no último domingo, dedicado a analisar a saúde em Alagoas.

Gazeta. Passado esse período desde a implantação do Programa Mais Médicos, qual a avaliação que o senhor faz?

Wellington Galvão. A nossa avaliação é a pior possível. O programa é meramente eleitoreiro e não tem o objetivo de resolver os problemas de saúde da população. Porque, para isso, o programa correto não seria “Mais Médicos”; seria “Mais Saúde”. E você colocar profissionais sem qualificação comprovada – até sem comprovar que ele seja médico – é fazer com que as pessoas não queiram acreditar nos propósitos de um programa desses. Eu não acredito num programa desses. São intercambistas. São pessoas que estão vindo unicamente para fugir do regime ditatorial de Cuba. E vêm para conseguir facilitar a fuga daqui para os Estados Unidos, que é muito mais fácil. É mais fácil para um intercambista conseguir fugir para lá, por um programa desses, absurdo, do que tentar numa barcaça, pelo mar, correndo o risco de morrer afogado.

Na prática, o sindicato tem algum dado que mostre essa evolução do programa aqui no estado, ao longo desse tempo?

O programa foi montado, e com o amplo apoio da classe política brasileira que apoia o governo federal, foi provado ao longo desse quase um ano de implantação que ele é uma falácia. As pessoas não estão tendo melhoria na qualidade de saúde porque essas, do programa, não entendem o que é saúde. Eu vi alguns relatórios de tutores de outros estados. Tutores são professores das universidades que acompanham esses profissionais. Relatórios sobre os conhecimentos médicos, científicos desses profissionais. Então está escrito assim: “conhecimento em Medicina: nenhum”, “conhecimento de medicamentos: nenhum”, “conhecimento sobre doenças: nenhum”.

Essa avaliação é dos médicos do programa?

Sim, dos médicos cubanos. Cubanos que a gente não pode chamar de médicos; são intercambistas. Eles não são médicos, até porque na Venezuela e na Bolívia há, e aqui no Brasil a Polícia Federal já identificou mais de 40 casos, de pessoas que nunca passaram nem na porta de uma faculdade de Medicina, mas estão aqui no País, com diploma de médico, atuando como médico para a população pobre. Então, eu sempre tenho dito que, se os políticos, prefeitos, deputados, vereadores, senadores – e o pró-

“O médico que se forma em Alagoas vai logo embora”

Presidente do Sindicato dos Médicos de Alagoas, Wellington Galvão faz duras críticas à falta de política de saúde no estado, especialmente nos municípios do interior, “onde até para se extrair uma unha tem que vir para a capital”

Wellington Galvão, do Sinmed/AL, teme que a saúde dos alagoanos esteja em risco ao serem atendidos por profissionais do programa Mais Médicos



WELLINGTON GALVÃO
PRESIDENTE DO SINMED/AL

‘Se o Ministério Público ou o Judiciário tivessem as mesmas condições que os médicos têm para exercer sua profissão, o Estado não conseguiria interiorizar o Ministério Público nem o Judiciário. Se pagasse a um juiz ou a um promotor de justiça o que se paga a um médico, [o Estado] jamais ia conseguir botar juiz e promotor no interior’

de Medicina. O que falta é vontade política de fazer saúde, que não se tem. Um exemplo: a interiorização de médicos. O governo diz que o médico não quer ir para o interior. Mas ele não quer ir para o interior sem condições de trabalho, sem condições dignas de salários, sem um plano de carreira. Sem nenhuma garantia. Como é que você vai interiorizar um profissional desse para trabalhar apenas com um estetoscópio e sem condições nenhuma de fazer Medicina de qualidade, nos rincões do interior? Não tem a menor condição. Eu sempre faço um comparativo: se o Ministério Público ou o Judiciário tivessem as mesmas condições que os médicos têm para exercer sua profissão, o Estado não conseguiria interiorizar o Ministério Público nem o Judiciário. Se pagasse a um juiz ou a um promotor de justiça o que se paga a um médico, [o Estado] jamais ia conseguir botar juiz e promotor no interior. En-

prio governo federal – estivessem utilizando esse programa, eu acreditaria. Mas eles estão usando para a população pobre, para tentar iludir o pobre, com a ideia de que estão mandando médicos. Mas na realidade não estão mandando médicos; estão mandando pessoas sem qualificação, sem conhecimento da língua e nem da Medicina. E estão matando o povo, como é o caso recente, em Palmeira dos Índios. A informação que eu tenho é de que um intercambista desses foi dar plantão na UPA [Unidade de Pronto-Atendimento] de lá. E levou a paciente ao óbito. E veio a falecer num hospital de lá. Eu ainda estou buscando mais informações porque, claro, vamos denunciar isso. Mas é mais um caso no Brasil, de tantos outros cometidos por essas pessoas. Mas na verdade o grande responsável é o governo federal, que está cometendo esse crime contra a humanidade e contra a população brasileira.

A Gazeta trouxe, em sua edição do último domingo, um caderno inteiramente dedicado a uma avaliação do quadro da saúde pública em Alagoas. Qual a avaliação do sindicato?

A iniciativa é boa. A gente sabe que a educação em Alagoas é a pior possível. Mas a formação médica prestada até hoje, em Alagoas, pelas duas unidades – Universidade de Ciências da Saúde e Universidade Federal de Alagoas – é boa. Elas formam bons médicos. A maior prova disso é que eles são aprovados com boas colocações nas provas de residência do Brasil inteiro. Então, nós somos agraciados com duas boas universidades. E agora o CESMAC montou uma boa estrutura e eu tenho certeza de que vai formar bons profissionais. Nós temos boas escolas

de Pão de Açúcar funcionar. Com esses hospitais pequenos funcionando com qualidade, a população vai ser assistida lá. Ficariam para a capital apenas os casos mais graves. Mas não: hoje, para se extrair uma unha tem que vir para a capital. Você não tem a saúde nos interiores. E isso é o quê? É investimento em saúde que não se tem. Na hora em que se municipalizou a saúde, transferiu-se toda a responsabilidade para o prefeito. Mas o dinheiro da saúde ficou no governo federal. Se colocarmos em números, 70% da responsabilidade pela saúde está com o prefeito, lá “embaixo”. Aí ele priorizou o quê? Ambulância. Aí ele tem o quê? Uma ambulância bonita, com um bom motorista para empurrar os pacientes para a capital. Isso não é Medicina. Mas vamos culpar o médico por isso? Por isso é que não devemos pensar em levar médicos, não. Temos que levar saúde. E na hora em que levar médico, levar junto saúde, condições de trabalho, com um plano de carreira. Então defendemos isso e não um programa falacioso, de enganação do povo, que, na prática – estamos vendo – não está resolvendo, porque nos locais em que há grande quantidade desses intercambistas, a saúde da população está indo de mal a pior.

Como estão as negociações com o governo?

Plano de carreira no estado de Alagoas nós não conseguimos implantar com o atual governo. Nós conseguimos incorporar uma gratificação. Inclusive gostaria de registrar a ajuda do senador Fernando Collor, com a intermediação que ele fez junto ao governo federal e ao Ministério da Saúde, conseguindo uma audiência com o ministro. Era para ampliar o benefício para os aposentados. Existia uma gratificação que era paga aos médicos da urgência e emergência. Quem fazia ambulatório não recebia e quem era aposentado também não. Corresponhia a 47%. Então, quem não recebia passou a receber, graças a esse incremento, conseguido com a ajuda do senador Fernando Collor, junto ao ministro [da Saúde], na época. No entanto, mesmo com isso, o salário do médico no estado de Alagoas ainda é um terço do que paga Pernambuco.

Quais os valores?

Hoje, em Alagoas, enquanto que o salário base, o subsídio, do médico com 20 horas está equivalente a R\$ 2.250, em Pernambuco esse mesmo salário base chega a quase R\$ 6 mil. Então, a diferença é muito grande para essa carga horária. Isso faz com que o médico deixe o estado. Nos últimos sete a oito anos, o estado já perdeu em torno de 1,3 mil médicos para o estado vizinho. Médicos que eram concursados, que eram efetivos. Pediram exoneração dos cargos e foram embora para os estados vizinhos. E continua perdendo. A gente tem esperança de que no próximo governo – que a gente não sabe quem vai ser – a gente entre numa luta para buscar um plano de carreira digno, como implantamos no município de Maceió. A situação do médico no estado, como um todo, é muito ruim. Se você imaginar, por exemplo, nos interiores, a precarização é total. Nos PSFs [unidades da estratégia de saúde da família], mais de 90% dos médicos que trabalham nos interiores não têm vínculo empregatício; o contrato é “de boca”. E ainda se tem salários aviltados, baixos – menores, inclusive do que se paga a esses cubanos, que não são médicos – e sem garantias de 13º salário, de férias, sem garantia nenhuma. E ainda tem atraso, como agora está ocorrendo em alguns municípios. Motivo de denúncia que fizemos ao Ministério Público Federal. Então, esperamos que num próximo governo – já que esse que está aí, para nós, já acabou – nós possamos avançar naquilo que possa motivar o médico alagoano que foi embora a voltar. Nós perdemos excelentes profissionais para os estados vizinhos e Alagoas, hoje, realmente tem deficiência de médicos. Não porque não formou. Formou, sim. Mas o médico que se forma aqui vai embora. ❁

E na opinião do senhor, o atendimento na área está sendo instrumentalizado com esse objetivo.

Para que a população fique sem perspectivas e continue votando neles. Por isso a gente tem que brigar para que o governo passe a pensar como um País sério. E pensar como um País sério é fazer investimento em saúde. Mas investimentos sérios. Não esses que o Brasil faz. Então, hoje existe uma política nacional, deliberada de acabar com a saúde. Nos últimos dez anos, foram 13 mil leitos hospitalares no Brasil. Só em Alagoas, já passam de 2 mil leitos a menos. Leitos só do SUS, viu? Em Alagoas, nós temos algo em torno de 45 hospitais pequenos fechados. E outro tanto prestes a fechar. Por quê? Porque não se tem uma política pública de manter esses hospitais abertos. Por que não reabrimos todos esses hospitais dos interiores. Dar condições de o hospital de Capela funcionar, de Anadia, de Viçosa, do hospital